

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A INSEGURANÇA DO TRABALHO: O PROCESSO DE RELOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL NA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA

REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA E LA INSEGURIDAD DEL TRABAJO: EL PROCESO DE RELOCALIZACIÓN INDUSTRIAL EN EL VALE DO PARAÍBA PAULISTA

¹Ítalo Franco Ribeiro

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo apontar as transformações do emprego fabril promovidas pelo conjunto de atividades produtivas do setor da indústria de transformação na região do Vale do Paraíba paulista, localizada entre as duas principais regiões metropolitanas do Brasil – São Paulo/Rio de Janeiro –, sobretudo, tendo como ponto de partida, o movimento de relocalização de suas atividades no âmbito do Estado de São Paulo. A industrialização do interior paulista e a redefinição no emprego industrial aqui estudada é expressão de um processo maior que se efetiva em diferentes escalas, conjugando diversos agentes, e atua de forma imperativa nos novos espaços da produção industrial, principalmente, por intermédio do discurso de progresso, modernidade, geração de renda e receita para os municípios interioranos. Portanto, os argumentos aqui arrolados terão como base a análise de dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego/MTE (RAIS – Relação Anual de Informações Sociais) acerca das atividades do setor industrial com recorte centrado nas transformações do emprego nas atividades de produção ligado à indústria de transformação.

PALAVRAS-CHAVE: Reestruturação produtiva; Mobilidade do Capital; Emprego; Vale do Paraíba paulista; Estado de São Paulo.

¹ Mestrando em Geografia na FCT/UNESP *campus* Presidente Prudente/SP.
Membro do GASPERR e bolsista FAPESP.
Correio eletrônico: italoribeiro@hotmail.com

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo señalar el cambio en el empleo manufacturero impulsado por de las actividades productivas que conforman el sector de la industria manufacturera en el Vale do Paraíba paulista, situada entre las dos principales áreas metropolitanas de Brasil - São Paulo / Rio de Janeiro - Sobre todo, tomando como punto de partida, el movimiento de deslocalización de sus actividades en el Estado de São Paulo. La industrialización de lo interior del estado de São Paulo y la redefinición del empleo industrial aquí estudiada és la expresión de un proceso más amplio que se realiza en diferentes escalas, combinando diversos agentes, y opera de manera imperiosa en las nuevas áreas de la producción industrial, principalmente a través de los discursos del progreso, de la modernidad, la generación de empleos y de ingresos para las municipalidades de lo interior del estado de São Paulo. Por lo tanto, los argumentos que figuran en esta lista se basará en el análisis de los datos disponibilizados por el Ministerio del Trabajo e Empleo/MTE (RAIS – Relação Anual de Informações Sociais) sobre las actividades del sector industrial con el recorte centrado en la transformación del empleo en las actividades de producción relacionadas con la industria manufacturera.\

PALABRAS-CLAVE: Reestructuración productiva; Movilidad del Capital; Empleo; Vale do Paraíba paulista; Estado de São Paulo

INTRODUÇÃO

Os fatores que levaram a reorganização do parque fabril no Estado de São Paulo são característicos da dinâmica do capitalismo contemporâneo, ou seja, as tramas político-econômicas que permitiram maior concentração e centralização do capital por grandes empresas promoveram, também, a ampliação territorial dos processos produtivos. A fragmentação das atividades de produção e a consequente seleção de novas localidades para realização de parcelas do processo produtivo, via de regra, resultaram em especializações da produção e do trabalho no território. O circuito espacial da produção, formado pelo desmembramento da indústria fordista em inúmeras plantas produtivas instaladas em porções diferentes do território

demonstra a capacidade de mobilidade do capital no espaço e a (des)valorização dos lugares segundo os interesses dos agentes envolvidos na reprodução do capital.

Em meados da década de 1980, a cidade de São Paulo passou por uma reorganização da sua produção industrial, tendo como resultado uma queda na participação industrial do país, pois estados como Paraná, Santa Catarina, Bahia e Minas Gerais tiveram aumento significativo de participação neste setor. No que circunscreve o Estado de São Paulo, verificou-se a ascensão da produção industrial do interior, obtendo até mesmo um crescimento superior ao da capital paulista, sendo acompanhado, nesse sentido, a oferta do número de empregos industriais no interior, que foi maior do que na região metropolitana (NEGRI, 1988).

Esse comportamento do setor industrial brasileiro, sobretudo na esfera estadual, compreende o processo de desconcentração industrial que, segundo autores que discutem essa problemática, como Negri (1988; 1996), Lencioni (1994), Cano (1988), Santos (2003) e Sposito (2007), as ações das esferas governamentais e instituições privadas, as estruturas urbanas, bem como o processo de reestruturação do modelo capitalista de produção, foram fatores que permitiram a expansão territorial da produção industrial e acarretaram em uma nova divisão inter-regional do trabalho no estado de São Paulo.

Dentro desse contexto, Barjas Negri (1996) afirma que o processo de interiorização da indústria na década de 1980 recebeu tratamento privilegiado do governo do estado de São Paulo, as ações mencionadas pelo autor, circunscrevem-se, principalmente, na melhora do sistema viário (no sentido interior-metrópole; e interior – MG – MS – PR). Na perspectiva de Lencioni (1994), o processo de interiorização é resultado de uma série de fatores, entre

eles: investimento federal para desconcentração; ação do governo estadual primando pela dispersão industrial; e políticas de “atração industrial”, por parte dos municípios interioranos. Resultando na dispersão num raio de 150 km² a partir da capital e ao longo dos principais eixos rodoviários.

Por parte do capital produtivo, a interiorização econômica (obviamente, nas proximidades da metrópole) foi interessante e colaborou para um novo patamar de acumulação, pois, segundo Paulo Mourão (1994), a concentração industrial na cidade de São Paulo teve de conviver com a deterioração da qualidade de vida, incluindo nesse fenômeno: trânsito congestionado; transportes urbanos deficientes; falta de moradia; precariedade do saneamento básico; índices elevados de poluição ambiental e aumento da violência nas cidades. Somam-se a esses fatores o elevado preço da terra urbana, o movimento sindical organizado, as leis de zoneamento e de uso do solo. Desta forma, segundo o autor, todos esses fatores elevam os custos da produção, deixando de ser interessante a permanência nos grandes centros.

O setor industrial localizado na capital paulista passa, portanto, por um processo de desconcentração no qual apresenta algumas características referentes às especificidades das atividades, ou seja, apesar de ainda obter o maior número de estabelecimentos industriais do estado, o município de São Paulo concentra as atividades ligadas à gestão das empresas e se estabelece como importante centro financeiro e, conta ainda, com uma variedade de empresas e profissionais liberais prestadoras de serviços altamente

² Embora a autora considere o fenômeno da desconcentração industrial paulista por meio de um distanciamento específico no entorno da capital, há que se ressaltar o privilegiamento de regiões interioranas do Estado de São Paulo que não estão circunscritos a esse modelo, como é o caso da região de Ribeirão Preto, por exemplo.

especializados, que circunscrevem os serviços de consultoria. Estas características compreendem o que chamamos de movimento de centralização das atividades econômicas, pois se insere nesse local os projetos de planejamento estratégicos das empresas, centros de gestão de pessoal, financeiro, investimento, e centros de regulação das atividades produtivas.

Na outra perspectiva, ocorre o que chamamos de desconcentração das atividades industriais. Este termo se refere à desconcentração dos processos e etapas de produção das plantas industriais, ou seja, há uma fragmentação das atividades ligadas ao processo produtivo, o chamado chão de fábrica. Isso somente foi possível pelo advento das tecnologias de comunicação e transporte, assim como a melhoria das infraestruturas de transporte e das bases territoriais de localização das atividades produtivas industriais, os distritos industriais.

Nesse sentido, a expressão fenomênica da atual produção flexível, que agrega atributos como deslocamentos, realocação, fragmentação dos processos de gestão/produção e aglomerações, ressalta a importância de compreensão de particularidades desse movimento generalizado e que envolve várias escalas de atuação de grandes grupos econômicos e de estados nacionais.

No bojo dessa geografia da produção capitalista emerge, portanto, a necessidade de compreender o comportamento do emprego na indústria e suas respectivas mutações resultantes do referido processo de reestruturação produtiva que, associado à primazia das políticas neoliberais no Brasil, modificaram as relações de trabalho nas atividades produtivas através da polivalência e flexibilização das funções, bem como as formas diferenciadas de contratação, como

a terceirização e a subcontratação, afetando diretamente trabalhadores e trabalhadoras.

Portanto, ao passo que a disposição dos novos fatores de localização industrial - quantidade e qualidade das redes técnicas associada aos mecanismos de atração fiscais e de oferta de força de trabalho especializada - garante as condições necessárias para a expansão territorial do capital industrial, as qualidades do emprego formalizado é fortemente impactado pelo ímpeto dos diversos setores da indústria, pois para se manterem competitivos em um mercado cada vez mais avassalador e excludente têm disparado mecanismos de controle – produtivo e social – que afetam negativamente e de forma bastante incisiva as relações de trabalho e o emprego.

AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DO EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA.

A reorganização espacial das atividades produtivas da indústria no Estado de São Paulo, que tem como marco inicial fins da década de 1970 e ampliada a partir dos anos 1980 ocorreu em um período no qual o quadro econômico brasileiro, com forte retração e com diminutos índices de crescimento econômico, impôs aos grandes agentes econômicos a necessária reformulação de suas bases produtivas e normativas para se inserirem em um novo padrão concorrencial que já se desenhara em escala global, sobretudo nos chamados *países desenvolvidos*, momento em que a produção de riquezas é fortemente atrelada aos mecanismos de valorização do capital financeiro sob um cenário político baseado nas premissas neoliberais. O

rearranjo espacial da atividade industrial no estado deve ser considerado à luz da conjuntura econômica brasileira, que na década de 1980, passava por um período de queda das atividades produtivas e instabilidade econômica desencadeada pela celeridade do processo inflacionário (SINGER, 1999).

A adoção das premissas neoliberais no Brasil na década de 1990 permitiu aos capitais operarem abertamente como agentes políticos, modificando, por meio de sua influência, políticas ambientais, trabalhistas, urbanísticas entre outras. Sob o discurso de sua capacidade na geração de empregos e receitas para os governos locais, os grandes agentes econômicos buscam obter vantagens fiscais e regulatórias como condição necessária para a alocação de seus investimentos que, por sua vez, induzem os territórios a encerrarem verdadeiras competições no intento de prover cada localidade segundo as exigências necessárias para atraírem para si os recursos de investimento disponíveis no mercado global. Assim, na escala local, tanto o poder público, quanto os atores sociais, são premidos pela necessidade de criar empregos e gerar renda e pelas pressões das corporações que objetivam vantagens locais, que via de regra, se afirmam pelos mecanismos de desregulação.

Nesse sentido, a articulação entre as diferentes escalas espaciais revelam como o capital projeta suas ações no território de forma a mobilizar diferentes agentes para efetivação de suas intenções. De acordo com Santos (2008), os lugares respondem ao mundo de acordo com suas racionalidades, os atores hegemônicos somente se instalam e promovem suas atividades no território diante as virtualidades do lugar. Para Santos, os grandes agentes econômicos globais procuram se beneficiar do potencial social e técnico dos lugares com o objetivo de

maior produtividade. Desse modo, há uma intensa seletividade espacial efetuada em escala global pelos atores hegemônicos na qual torna imperativa a concorrência entre os lugares.

Para Milton Santos, não existem espaços globais, mas espaços de globalização, aludindo para a necessidade da existência de condições técnicas locais que sejam capazes de viabilizar o retorno almejado pelo grande capital.

Segundo Santos:

Na batalha para permanecer atrativos, os lugares se utilizam de recursos materiais (como as estruturas e equipamentos), imateriais (como os serviços). E cada lugar busca realçar suas virtualidades por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como imã (SANTOS, 2008, p. 269).

Ao adotarmos as considerações de Santos como referência, notamos que algumas infra-estruturas, portanto, são inseridas nas lógicas locacionais da indústria e o que ocorre no estado de São Paulo é a intensificação das atividades produtivas nos eixos das rodovias Anhanguera (SP 330), Presidente Dutra (BR 116), rodovia Washington Luís (SP 310), Castello Branco (SP 280), pela rodovia dos Bandeirantes (SP 340) e o eixo que compreende o sistema Anhanguera-Bandeirantes (BORDO, 2005, 2006; MATUSHIMA, SPOSITO, 2002; SPOSITO 2007; OLIVEIRA, 2010; RIBEIRO, 2011). Assim, constatamos que as infra-estruturas de comunicação e transporte garantem ao setor industrial se beneficiar dos processos espaciais aglomerados de importantes centros urbanos da rede urbana paulista, principalmente os de médio porte que estão localizados ao longo das rodovias mencionadas.

O processo desconcentração industrial e suas determinações socioeconômicas e territoriais se apresentam como relevantes quando

lançamos nossos olhares para a região do Vale do Paraíba e sua relação com a Rodovia Presidente Dutra. De acordo com Barjas Negri (1996) o Vale do Paraíba foi a região que mais se beneficiou com a desconcentração industrial ocorrida a partir da década de 1980. Assim:

O Vale do Paraíba foi a região administrativa que apresentou maior crescimento no período [de desconcentração da indústria no estado de São Paulo]. Seus 1.752 estabelecimentos que empregavam 112 mil trabalhadores passaram a responder por 7,9% do VTI da indústria estadual, que, em outras palavras, significa 18,2% da indústria do interior ou 4,1% da indústria brasileira. O Vale do Paraíba tem se tornando [sic] importante aglomerado urbano e a dimensão de sua indústria é uma comprovação disso, vale dizer que a indústria do Vale do Paraíba possui um produto industrial superior ao de todo o estado da Bahia, de Santa Catarina e Pernambuco, tomados isoladamente. (1996; p.221)

Apesar do grande número de plantas produtivas dos diferentes setores que configuram a indústria de transformação se instalar na região a partir da década de 1980, o que observamos no que se refere ao movimento do mercado de trabalho fabril é a tendência de queda do número dos vínculos empregatícios frente ao aumento do número de estabelecimentos, em termos porcentuais.

Em uma rápida análise de dados elaborada junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Relação Anual de Informações Sociais, é visível a queda dos empregos diretos na indústria de transformação quando relacionados ao número de estabelecimentos. De maneira agregada, considerando todo o conjunto de setores que conformam a indústria de transformação na região do Vale do Paraíba paulista, a quantidade de estabelecimentos teve um aumento de 134% frente ao aumento de 12,3% de vínculos, no intervalo de 1985 – ano inicial da série histórica disponível referente ao setor de atividade pesquisado – até 2007.

Tabela 1: Evolução porcentual dos vínculos empregatícios e estabelecimentos da indústria de transformação na região do Vale do Paraíba paulista

Indústria de Transformação	ANOS				TOTAL (%)	
	1985		2007		Estabelecimentos	Vínculos
	Estabelecimentos	Vínculos	Estabelecimentos	Vínculos		
Total	1172	111154	2761	124810	134	12,3

Fonte: MTE/RAIS

Organizador: Ítalo Franco Ribeiro.

Esse cenário demonstra a expansão da produção na indústria de transformação no Vale do Paraíba paulista no decorrer das duas últimas décadas. O que se pode depreender desses números é a mudança no padrão de produção dos novos estabelecimentos e que nos levam a sugerir as seguintes hipóteses: a) incremento de tecnologia nos processos produtivos e a conseqüente diminuição de demanda por força de trabalho; b) diminuição das dimensões das plantas fabris, pois os processos de produção tornam-se mais constrictos e flexíveis, localizados, sobretudo, em bases territoriais específicas para a produção fabril, nos chamados distritos industriais e/ou nos novos empreendimentos do setor imobiliário voltado para receber plantas fabris, os condomínios industriais e; c) mudança nos padrões de contratação de força de trabalho, tornando os empregos que antes eram ligados diretamente à indústria a fazerem parte do setor de serviços, com contratações temporárias por intermédio de firmas terceirizadas.

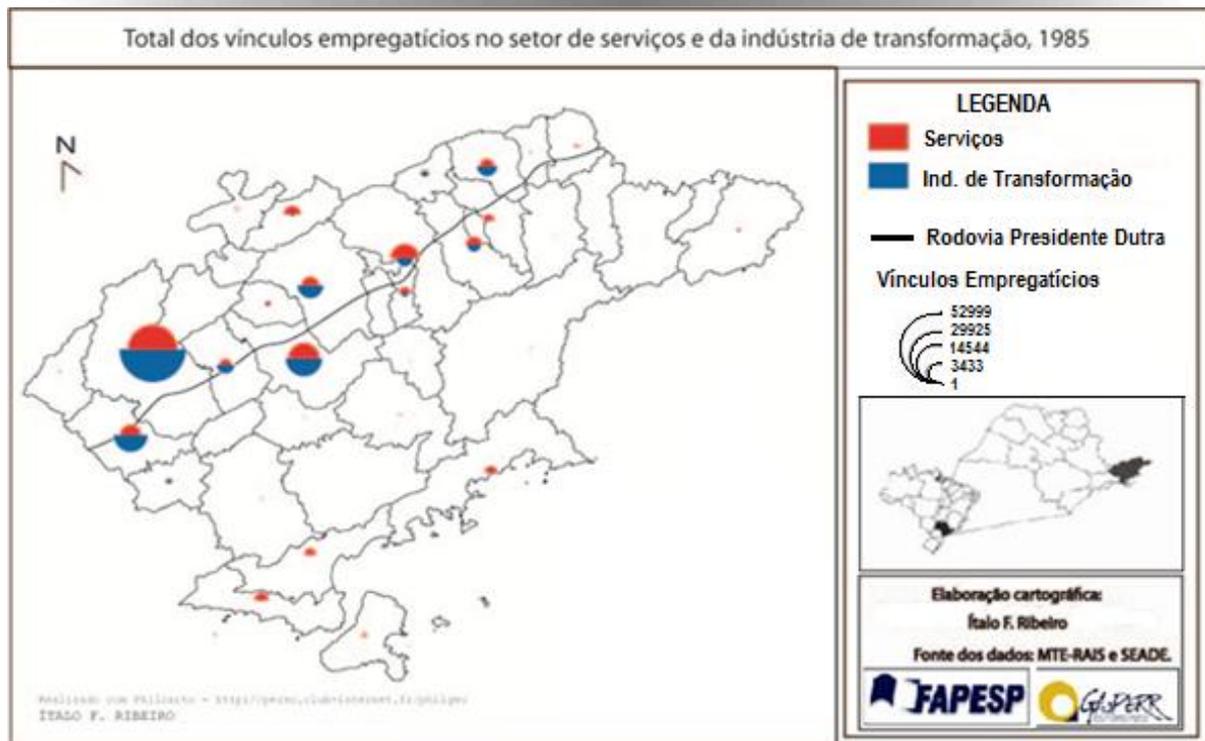
Os mapas da região do Vale do Paraíba paulista também demonstram a preponderância das atividades industriais nos municípios que margeiam o principal corredor que faz a interligação das duas principais metrópoles brasileiras – São Paulo/Rio de Janeiro. Conquanto a região tenha os fatores de localização elencados como necessários para a reprodução do capital industrial, os mapas demonstram

que a atividade industrial na região esta concentrada em alguns municípios ao longo do eixo da rodovia Presidente Dutra.

Nos mapas 1 e 2, pode-se perceber a evolução do desenho que consolidou o atual padrão produtivo no controle, substituição e transposição das funções ligadas ao setor industrial e que, no presente momento são transformados em atividades do setor de serviços. É evidente esse panorama na particularidade do cenário conjecturado no Vale do Paraíba paulista e que não foge ao modelo da atual dinâmica geográfica do capital industrial, que em sua franca expansão territorial mira a concretização de benefícios e melhores condições de acumulação por meio de estratégias, consorciadas, sobretudo, com o Estado, afetando diretamente a estrutura do mercado de trabalho, com sua constante desvalorização. Isso é evidenciado pelos vínculos empregatícios dos setores de atividades de serviços e da indústria de transformação entre os anos 1980 e meados da primeira década dos anos 2000.

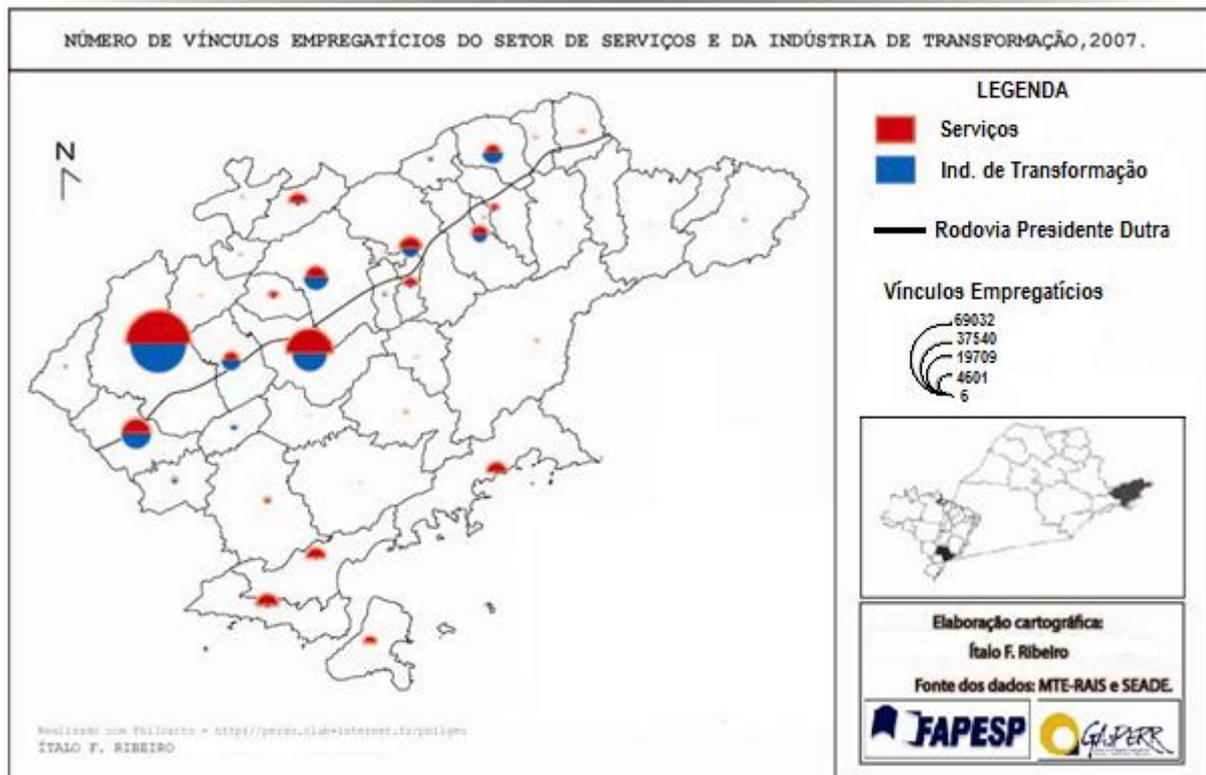
Ressaltamos a importância desse intervalo temporal para as análises das atividades industriais no Brasil, pois nesse período o país passou por diversas transformações de cunho político e econômico, com a materialização das políticas neoliberais e da efetivação da reestruturação produtiva do setor produtivo nacional.

Mapa 1: Total dos vínculos empregatícios no setor de serviços e da indústria de transformação, 1985



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Relação Anual de Informações Sociais
Organizador: Ítalo Franco Ribeiro.

Mapa 2: Número de vínculos empregatícios do setor de serviços e da indústria de transformação, 2007



Fonte: MTE/RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego/Relação Anual de Informações Sociais
Organizador: Ítalo Franco Ribeiro.

De acordo com Singer (1998), tanto as políticas fiscais e monetárias, executadas por parte dos governos na tentativa de controlar e equilibrar a economia diante o jogo entre a demanda e a oferta, quanto as estratégias utilizadas pelas empresas, para enfrentarem e se estabelecerem no mercado frente à intensificação da concorrência, têm em comum algumas ações que agem diretamente na estrutura do emprego, atuam como reguladoras dos níveis de emprego e ocupações no seio da sociedade atual.

Para Singer, no que tange as ações governamentais e suas consequências para o emprego, tais políticas “têm em vista impedir que a economia se ‘aqueça’ em demasia, o que na prática implica manter uma generosa margem de sobreoferta de força de trabalho”. E ainda completa que, para a administração governamental, “o

desemprego não é um 'mal' mas um efeito funcional de políticas de estabilização exitosas" (SINGER, 1998, p. 13).

No que se refere ao comportamento e estratégias do capital, Singer afirma que a "concorrência intensificada pelas empresas obriga-as a reduzir custos e, portanto, a aumentar ao máximo a produtividade do trabalho, o que implica reduzir também ao máximo a compra de força de trabalho" (SINGER, 1998, p.13).

Segundo Mattoso (1995), a sobreoferta de trabalhadores não advém de aumentos demográficos, ou da elevação do número de mulheres na PEA, mas, sobretudo, "esta sobreoferta de trabalhadores, poderia ser debatida às intensas alterações na estrutura do emprego resultantes, seja das políticas econômicas adotadas, seja dos processos reestruturadores da Terceira Revolução Industrial" (p. 78).

Para Mattoso, o rompimento da estrutura social e econômica de cunho keynesiana, conjuntamente com novas possibilidades por parte dos empregadores de flexibilizar e readequar as relações de trabalho, como contratações parciais e temporárias, além de ressaltar a opção de não priorizar um regime de pleno emprego pelos governos, conduziu as grandes massas de trabalhadores a conviverem com um novo tipo de situação, ou seja, o desmantelamento das bases sociais e trabalhistas adquiridas pelos trabalhadores, sobretudo no período do pós II Guerra Mundial, afetou diretamente o mundo do trabalho causando uma "insegurança do trabalho", que segundo o autor, é sentida em diversas dimensões, sendo elas, a insegurança no mercado de trabalho, no emprego, renda, contratação e representação do trabalho (MATTOSO, 1995).

Portanto, segundo os autores, ambos os setores (público e privado), ao longo das décadas de 1980/90, realizaram ações reguladoras dos níveis de emprego, pois tendem a cumprir as necessidades de controle econômico, por um lado, e de realizar a ampliação de lucros e resultados empresariais por outro. Assim, para atingirem tais objetivos, aqui podemos compreender que existe nessa celeuma uma meta que se constitui processualmente em um meio e um fim, isto é, a diminuição dos vínculos empregatícios é um meio para a efetivação de um fim maior, qual seja a contenção dos preços da força de trabalho mantendo os salários em níveis baixos, evitando assim sua valorização, o que para as empresas é um importante componente de produtividade e inserção concorrencial e, para os governos – principalmente, neoliberais – uma política de equilíbrio entre a demanda e oferta evitando processos inflacionários.

Embora tenhamos delineado as ações do setor público e privado acerca do nível de empregos formais, nos deteremos aqui a tentar compreender como estas ações são efetivas pelo capital, sobretudo, em um momento de redefinição de suas estruturas produtivas em escala global e como essa se desenvolve no Brasil

Ao fazer uma análise da população ocupada segundo categorias sócio-ocupacionais no Brasil, Singer observa que os dados disponíveis demonstraram que na década de 1970 o número de empregos formais em firmas particulares teve um aumento frente à fatia de pessoas que se encontravam em situação não formal e não-remuneradas. Já nas duas décadas seguintes, houve uma inversão dessa conjuntura, o total de empregados em firmas particulares teve uma retração e verificou-se o aumento do número das outras duas categorias e, inclusive, a de

empregadores. Desse modo, Singer afirma que houve uma severa mudança na dinâmica social tanto no Brasil como em outros países (SINGER, 1998).

Na citação seguinte, o autor supracitado comprova o que, de certo modo, evidenciamos na estrutura dos estabelecimentos da indústria de transformação na região por nós estudada:

O aumento da proporção de empregadores e de não-remunerados, em 1986-90, sugere que houve alguma descentralização [desconcentração] do capital com a multiplicação de pequenas firmas [estabelecimentos], que são aquelas que ocupam, ao lado dos trabalhadores autônomos, auxiliares não-remunerados, em geral aparentados do 'empregador' (SINGER, 1998, p.16 - grifo nosso).

De acordo com o autor, a diminuição do tamanho dos estabelecimentos no Brasil está correlacionada com a diminuição do emprego nas firmas privadas e classifica esse processo em curso como uma das consequências da terceira revolução industrial, ou seja, denomina essa situação de retração nos níveis de emprego, mesmo com o aumento do número de firmas, de *desemprego estrutural*, o qual, além de manter grande parte da população economicamente ativa fora do circuito formal de empregos, ainda corrobora com a deterioração, em vários níveis, do mercado de trabalho, relegando grande parte desse contingente às margens das relações formais de emprego e mesmo submetendo-as ao desemprego.

O processo de desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP –, que a nosso ver, levou a uma intensificação das atividades da indústria de transformação na região do Vale do Paraíba paulista, não acarretou, necessariamente, na ampliação do número de vagas nesse setor de atividade econômica. O que verificamos foi em uma ponta, o aumento em grande proporção do número de estabelecimentos na região, predominantemente, pequenos

estabelecimentos, e na outra, uma inflexão do crescimento dos vínculos empregatícios.

Tabela 2: Número de unidades da indústria de transformação instaladas na Região do Vale do Paraíba paulista, segundo o tamanho dos estabelecimentos.

Tamanho dos Estabelecimentos	ANOS			
	1985		2007	
	ESTABELECEMENTOS	%	ESTABELECEMENTOS	%
Micro/Pequeno*	1041	88,9	2581	93,5
Médio**	80	6,8	142	5,1
Grande***	51	4,3	38	1,4
Total	1172	100	2762	100

Fonte: MTE/RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego/Relação Anual de Informações Sociais

*0-99 funcionários

**100-499 funcionários

***mais de 500

Organizador: Ítalo Franco Ribeiro.

Entretanto, nesse momento se faz necessário fazer uma ponderação acerca da criação *versus* fechamento de postos de trabalho na indústria de transformação assentada na região do Vale do Paraíba paulista.

De acordo com Mattoso (1999), a indústria de transformação, no decorrer dos anos 1990 em todo o Brasil, especificamente, até maio de 1999,

reduziu seus empregos formais na década em cerca de 1.6 milhão (cerca de 73% do que dispunha em 1989) e os subsetores mais atingidos foram os da indústria têxtil (-364 mil), metalúrgica (-293 mil), mecânica (-214 mil), química e produtos farmacêuticos (-204 mil) e material de transporte (-92 mil) (1999, p.18).

Segundo o que constatamos nas análises dos dados disponíveis acerca da evolução dos subsetores de atividade da indústria de transformação assentados no Vale do Paraíba paulista, o número de vínculos empregatícios teve crescimento, considerando o conjunto das atividades que caracterizam esse setor da economia, embora não nas mesmas proporções aos quais tiveram o número de

estabelecimentos. Na região, os subsetores que não tiveram crescimento ao longo do período analisado³ são: a indústria de calçados (-2287, -99,1%), borracha, fumo, couro, peles e similares (-6946, -67,6%), material elétrico e comunicação (-6814, -58,8%) e a indústria têxtil, (-4073, -45%). Os demais subsetores tiveram um desempenho positivo no período de 1985 a 2007.

Tabela 3: Total de estabelecimentos e vínculos empregatícios da Indústria de Transformação na Região do Vale do Paraíba paulista

RAMO INDUSTRIAL	ANOS												TOTAL EM %	
	1985		1991		1996		2000		2005		2007		ESTAB	VINC
	ESTAB	VINC	ESTAB	VINC	ESTAB	VINC	ESTAB	VINC	ESTAB	VINC	ESTAB	VINC		
M.N.M. (1)	213	3292	280	3051	207	2866	232	3161	213	3472	203	4217	-4,7	28,1
MET (2)	139	11214	216	7780	272	8169	317	9471	389	12410	433	19075	211,5	70,1
MEC (3)	64	5042	111	4370	92	4486	126	6775	168	8190	186	10264	190,6	103,6
M.E.C. (4)	39	11594	62	9916	66	9992	71	9060	74	6107	69	4780	76,9	-58,8
M.T. (5)	32	37432	34	32045	78	28730	75	32739	75	38441	92	44550	187,5	19,2
M.M (6)	102	1232	176	1458	155	1500	141	1402	164	2247	187	2097	83,3	70,2
P.G. (7)	87	4143	128	4088	167	3317	176	3234	185	3976	208	6162	139,1	48,7
B.F.C. (8)	71	10280	110	7847	94	1826	81	1858	95	2443	120	3334	69	-67,6
QUÍ (9)	87	11270	134	11738	222	12884	256	14072	301	15535	289	13180	232,2	16,9
TÊX (10)	125	9054	391	7622	308	7098	254	4719	266	4578	277	4981	121,6	-45
CAL (11)	8	2307	25	1201	5	11	4	33	5	20	5	20	-37,5	-99,1
A.B. (12)	205	4294	261	6696	458	8449	400	7146	517	8242	674	12150	228,8	183
TOTAL	1172	111154	1928	97812	2124	89328	2133	93670	2452	105661	2743	124810	134	12,3

Fonte: Fonte: MTE/RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego/Relação Anual de Informações Sociais

Organizador: Ítalo Franco Ribeiro

Setores da Indústria de transformação: 1-Produtos Minerais não Metálicos; 2- Metalúrgica; 3- Mecânica; 4- Materiais Elétricos e de Comunicações; 5-Transporte; 6- Madeira e do Mobiliário; 7- Papel, Papelão, Editorial e Gráfico; 8- Borracha, Fumo, Couro, peles, similares e indústrias diversas; 9- Química; 10- Têxtil; 11- Calçados; 12- Alimentos e Bebidas.

De outra maneira, se utilizarmos uma série histórica análoga a que serviu de base para as análises de Mattoso, isto é, a década de 1990, a indústria de transformação na região também teve um desempenho negativo na geração de vínculos empregatícios em números absolutos e porcentuais. Considerando apenas

³ Conquanto a série utilizada por Mattoso não seja, em anos, a mesma que nos embasou, trata-se da mesma fonte e forma de desagregação dos dados, ou seja, a fonte é o Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS, segundo subsectores de atividade da indústria de transformação do IBGE.

os anos de entre 1991 e 2000, a retração dos vínculos é da ordem de -15,7%, foram suprimidos 17484 vínculos empregatícios.

De acordo com Mattoso, na década de 1980,

houve alguma alteração na dinâmica do mercado de trabalho. Apareceu pela primeira vez com intensidade o desemprego urbano e teve início a deterioração das condições de trabalho, com ampliação da informalidade. No entanto, como nesse período foram preservadas as estruturas industrial e produtiva, o desemprego e a precarização foram ainda relativamente baixos e, sobretudo, vinculados às intensas oscilações do ciclo econômico na década e ao processo inflacionário. Em outras palavras, o desemprego e a precarização cresciam com a retração das atividades produtivas (como em 1984-83, por exemplo) e voltavam a crescer (como em 1984-86) ou se estabilizavam como durante a estagnação entre 1987-89 (1999, p.26).

Para o autor, a situação toma outros rumos na década seguinte e afirma que a adoção, pelo governo brasileiro, de políticas econômicas como a desregulamentação financeira e cambial conjuntamente com a abertura comercial, gerou efeitos totalmente perversos e “instalou-se [no Brasil] um festival de ganância especulativa e patrimonial que, de certa forma, ocultou os riscos de ajustes globais, de vulnerabilização e dependência crescente de nossa economia” (MATTOSO, 1999, p.26).

Assim, diferentemente dos anos 1980, parafraseando o autor, na década de 1990:

o desempenho produtivo não foi apenas medíocre e resultante de efeitos de oscilações do ciclo econômico sobre o mercado de trabalho. A geração de empregos sofreu consequências profundamente desestruturantes de um processo de retração das atividades produtivas acompanhado do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenha colocado no lugar outras capazes de substituí-las (MATTOSO, 1999, p.13-14).

Dessa forma, é notável o crescimento do nível de empregos no setor após o início do século XXI. Essa situação está atrelada, sobretudo, a estabilização econômica e financeira do Brasil após o Plano Real e a consolidação da produção

da indústria brasileira, resultado da intensificação do processo de reestruturação produtiva e a readequação das diretrizes normativas e de reprodução do capital, que incluem a reconfiguração das plantas produtivas consorciada às novas lógicas de realocação.

Outra situação que podemos perceber no presente estudo refere-se ao regime de contratação de serviços terceirizados pelas empresas do setor da indústria de transformação na região do Vale do Paraíba paulista, o que leva ao decréscimo do nível de empregos diretos na indústria transferindo grande parte desses para o setor de serviços.

Tabela 4: Número de Estabelecimentos e Vínculos Empregatícios da Indústria de Transformação e setor de Serviços.

1985	Indústria de Transformação		Serviços	
	Estabelecimentos	Vínculos	Estabelecimentos	Vínculos
Estado de São Paulo	53893	2492802	120576	2031477
Vale do Paraíba paulista	1172	111154	5035	57003
2007	Indústria de Transformação		Serviços	
	Estabelecimentos	Vínculos	Estabelecimentos	Vínculos
Estado de São Paulo	93144	2636486	312178	4283662
Vale do Paraíba paulista	2743	124810	16783	175051

Fonte: Fonte: MTE/RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego/Relação Anual de Informações Sociais
Organizador: Ítalo Franco Ribeiro.

Constatamos na Tabela 4 que a atividade industrial, conjuntamente com o setor de serviços são os maiores contribuintes para o dinamismo econômico do Vale do Paraíba paulista. Nesse sentido, o número de vínculos empregatícios na região é ligado à produção industrial ou adjacente a esta, contando intensamente com o setor de serviços (SEADE, 2007).

A atividade de serviços, na região, teve um crescimento maior do que a atividade industrial em número de vínculos empregatícios. O contexto está

relacionado, principalmente, a reorganização do setor produtivo industrial pós década de 1980, pois demandou novas atividades de serviços para atender o escopo da produção, que não se concentra mais nas unidades industriais e, ainda, associado ao número de estabelecimentos industriais, que como poderemos observar, cresceu sobremaneira no até o ano de 2007.

Este cenário, constatado na região selecionada no presente estudo, é um reflexo da transformação do emprego no contexto de reconfiguração do setor industrial brasileiro sob as novas formas de produção características da Terceira Revolução Industrial.

A terceirização torna-se um imperativo para as empresas do setor industrial que buscam obter vantagens nas atividades e processos de trabalho que requerem dos trabalhadores a realização de “tarefas rotineiras, que exigem um repertório limitado de conhecimentos e, sobretudo, nenhuma necessidade de improvisar em face de situações imprevistas” (SINGER, 1998).

Para as empresas, a superação dos custos com mão-de-obra está, principalmente, na redução do emprego direto desta, pois através das terceirizações é possível aumentar o número de trabalhadores em pequenas e médias empresas que resulta na facilidade e flexibilidade no relacionamento – submissão – com o trabalhador, na ausência dos vínculos que sugerem direitos sociais e compromissos trabalhistas, somados ao que constatamos como a supressão do valor da força de trabalho e com o subsequente desemprego estrutural (MATTOSO, 1995; SINGER, 1998; OLIVEIRA, 2007).

Esse quadro de transformação do mundo do trabalho, como está sendo evidenciado, revela modificações profundas no tecido social, pois o período que

chamamos de Terceira Revolução Industrial ou de Revolução Informacional, garante às empresas um conjunto de técnicas e normativas que, ao passo que permitem a essas poupar trabalho, maximizar a produção, atingindo altos níveis de produtividade, também resguarda a prerrogativa de se apropriarem na íntegra do produto do trabalho em várias instâncias, sejam elas materiais ou imateriais, inculcando na sociedade as várias faces da insegurança do trabalho, como expressou Mattoso (1995).

Esse panorama estabelecido pelo processo de reestruturação produtiva desnorteou a tendência de crescimento do emprego industrial. Entretanto, o componente psicológico de insegurança também se desdobra em outras facetas que revelam mais uma expressão do atual período, ou seja, a precarização sistêmica a que está submetida as atividades laborais frente a expansão ofensiva do capital sobre o próprio trabalho.

A precarização do trabalho se manifesta, originalmente, na desregulamentação dos marcos regulatórios que estabelecem as relações entre capital x trabalho a partir das disposições legais e, sobretudo, sociais. No Brasil é a partir dos anos 1980 que se dá impulso à modernização das bases técnicas e normativas da indústria rumo ao que entendemos como reestruturação produtiva, contudo, é a partir da década de 1990, que estas transformações tomam vulto e se espalham para os demais setores de atividade econômica, afetando diretamente as formas típicas de relação de trabalho adquiridas pelos movimentos operários e sindicais, transformando-as em uma força de trabalho flexível e polivalente (OLIVEIRA, 2007).

A consequência de todo esse processo é a propagação de novas formas de contratação, dito de outra maneira, diferentes conformações que manifestam a multiplicidade das formas de precarização do trabalho, sejam elas a contratação temporária, terceirização, subcontratação, intensificação da jornada de trabalho, etc.

Nesse sentido, a estrutura ocupacional no Brasil sofreu drásticas mudanças ocasionadas pela intensificação da subcontratação e terceirização implementadas pela indústria que transferiu grande parte de suas vagas ao setor de serviços, transformando definitivamente, o mundo do trabalho, pois a indústria agrega em seus vínculos “maior grau de formalização das relações de trabalho e com melhor remuneração ao contrário da grande heterogeneidade que marca o setor de serviços” (OLIVEIRA, 2007, p. 83).

De acordo com Oliveira,

A emergência de um novo regime de acumulação de capital trouxe consigo profundas transformações sobre a estrutura e o funcionamento das economias capitalistas. No que se refere ao segmento industrial, em particular, o que se verificou em diferentes partes do mundo foi sua perda de participação relativa frente aos outros setores de atividade econômica, notadamente para os serviços e o comércio. Apontam ainda as diversas experiências nacionais que tal tendência seria particularmente incisiva para a grande empresa industrial uma vez que esta é o espaço por excelência da reestruturação produtiva contemporânea (2007, p. 102).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante as mudanças descritas ao longo do texto, observamos que no período atual as grandes empresas se lançam na busca por melhorias dos processos produtivos, visando maior qualidade das máquinas e equipamentos *pari passu* a redução da mão-de-obra, tornando os processos produtivos constrictos e flexíveis diminuindo os custos de produção com objetivo de aumentar a produtividade. Essas

ações, fundamentadas no modelo organizacional e de produção japonês, permitem o incremento de recursos na produção de pesquisas, geração de novos produtos, investimentos em tecnologias de forma contínua, expansão territorial das atividades industriais por intermédio da divisão das instalações das empresas em plantas produtivas de menor porte, que se assentam nos chamados condomínios e distritos industriais, via de regra, constituídos ao longo dos eixos rodoviários de grande circulação, ensejando novas leituras e interpretações acerca das lógicas locacionais.

Ao passo que o setor industrial colhe os frutos de sua reestruturação, na outra margem observamos os desdobramentos deste processo para o mercado de trabalho. Atualmente presenciamos profundas mudanças nas relações de trabalho, nas formas de contratação e na remuneração pelo trabalho que implicam nas contratações temporárias, em tempo parcial, domiciliar e subcontratado, jornadas com duração variável, gerando alta rotatividade e instabilidade empregatícia, repercutindo nas formas precarizadas de trabalho e aumentando as incertezas de trabalhadores e trabalhadoras.

Respaldado nas políticas de cunho neoliberais, que atuam de modo a flexibilizar a Consolidação das Leis Trabalhistas, os grandes agentes econômicos do setor industrial reduzem a mão-de-obra direta por meio dos novos regimes de contratação - flexibilizados e desregulamentados, com a intensa diminuição dos custos sociais e trabalhistas⁴ - os quais expandem o número de trabalhadores vinculados ao setor de serviços e em pequenos e médios estabelecimentos que, de forma geral, expressam incisivamente a diminuição nos custos de contratação e da

⁴ Para melhor entendimento ver: POCHMANN, Márcio. O Emprego no Desenvolvimento da Nação. São Paulo: Boitempo, 2008.

manutenção da força de trabalho com o objetivo de maior competitividade intercapitalista (POCHMANN, 2008).

Nessa perspectiva, a inflexão negativa do emprego industrial não é acompanhada pela queda equivalente do produto industrial, o que leva a caracterizar os seguintes elementos: a) aumento da produtividade do trabalho, resultado da incorporação de novas máquinas, novas técnicas baseadas na microeletrônica e intensificação do regime de trabalho; b) terceirização, que transforma parte do emprego industrial em atividades de serviço; e c) flexibilização e polivalência.

A constante modernização do setor industrial no território paulista promoveu um movimento de desconcentração dos estabelecimentos industriais, sobretudo, para as áreas do entorno da Região Metropolitana de São Paulo. Apesar de gerar demandas por força de trabalho em diversas regiões do estado, como é o caso inclusive do Vale do Paraíba, a obstinada concorrência suscitada pelo modo de produção tecnológico e informacional reformulou e ajustou as formas de contratação e gestão do trabalho aos padrões do circuito produtivo industrial flexível.

As imposições localizadas do capital nos novos espaços da produção industrial, especificamente na Região do Vale do Paraíba paulista, não destoam do movimento generalizante do atual padrão de acumulação capitalista. O avanço dos diferenciados tipos de desregulamentações – financeira, cambial, urbanística, ambiental, trabalhista dentre outras – atingem diretamente os municípios que buscam se afirmar economicamente por meio de iniciativas industrializantes, que não raro, são custosas aos entes municipais e repercutem diretamente nas suas

fontes de arrecadação, já que são premiados a conceder vantagens locacionais para receber investimentos do setor produtivo industrial.

Por assim dizer, essas transformações políticas, econômicas e sociais, resultantes da reestruturação dos mecanismos de reprodução, de forma alguma devem ser desassociadas do movimento geral do capitalismo contemporâneo em escala global. O novo paradigma de organização dos grandes agentes econômicos reforça o ímpeto destes de se manterem competitivos em um mercado cada vez mais avassalador e excludente.

Esse contexto de acumulação capitalista, afirmamos, tem afetado negativamente e de forma bastante incisiva grande massa de trabalhadores e trabalhadoras que sobrevivem sob as constantes inseguranças instituídas pelo atual mundo do trabalho que é precarizado pelas normativas advindas do novo momento político e econômico por que atravessam os chamados países emergentes, sobretudo, o Brasil deste começo de século.

BIBLIOGRAFIA

BORDO, Adílson. Os Eixos de Desenvolvimento e a Estruturação Urbano-Industrial do Estado de São Paulo, Brasil. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía e Ciencias Sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol. IX, n. 194, ago. 2005.

_____. **As influências do eixo de desenvolvimento da rodovia Washington Luiz na estruturação econômica do município de Itápolis/SP**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

BOTELHO, Adriano. **Do fordismo à produção flexível**: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação de capital. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CANO, Wilson. Perspectivas do desenvolvimento econômico do interior paulista. In: OLIVEIRA, Oswaldo L; TARTAGLIA, José Carlos. (orgs) **Modernização e Desenvolvimento do interior paulista**. São Paulo: UNESP, 1988.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura.(orgs) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MATTOSO, Jorge E. L. 1995. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MATTOSO, Jorge E. L; OLIVEIRA, Carlos E. B. de (Org) **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?**. São Paulo: Scritta, 1996.

MATUSHIMA, Marcos Kazuo; SPOSITO, Eliseu Savério. A Dinâmica Econômica no Estado de São Paulo. In: SILVA, João Márcio Palheta da; SILVEIRA, Márcio Rogério. **Geografia Econômica do Brasil: Temas Regionais**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002.

MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. **A industrialização do Oeste Paulista**. O caso de Marília. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1994.

NEGRI, Barjas. A política da centralização industrial e o processo de interiorização em São Paulo 1970-1985. In: TARTAGLIA, José Carlos; OLIVEIRA, Osvaldo Luíz. **Modernização e Desenvolvimento no interior de São Paulo**. São Paulo: UNESP, 1988.

_____. **Concentração e Desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas; São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

OLIVEIRA, Thiago. **Mudanças recentes do emprego na grande empresa industrial no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

OLIVEIRA, Cássio Antunes. **TRANSPORTE, INFORMAÇÃO E LOGÍSTICA: a constituição do desenvolvimento em eixos no estado de São Paulo**. (Relatório de mestrado), 2010.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego no Desenvolvimento da Nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

RIBEIRO, Ítalo Franco. **Relocalização industrial e a dinâmica do emprego no eixo de desenvolvimento da rodovia Presidente Dutra**. 2012. Monografia (Graduação em Geografia). – FCT, UFMS, Presidente Prudente, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo razão e emoção**. 4º Ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SEADE. **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**. Publicação integrante do Diagnóstico para Ações Regionais da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo. nº 14, 2007. São Paulo: Seade online, 2007.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

SPOSITO, Eliseu Savério. Reestruturação produtiva e urbana no Estado de São Paulo. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, número 245 (69).

